



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Desembargador Ricardo Paes Barreto

13
059

Embargos de declaração nº 168015-3/02 - Comarca do Recife

Embargante: Firveda Alimentos Seleccionados Ltda.

Embargado: Estado de Pernambuco.

5527

EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CUMULAÇÃO DE MULTA COM JUROS MORATÓRIOS. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA TAXA SELIC A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS. CABIMENTO. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. 1. Jurisprudência do STJ sedimentada no sentido de que é plenamente cabível a aplicação dos juros sobre a multa, pois possuem finalidade distinta, ou seja, a multa resulta de uma infração e, os juros não representam uma penalidade e sim uma indenização para o Estado, em razão da utilização do capital público sem o seu devido ressarcimento, assim, desconheço a divergência da presente matéria ao tempo em que indefiro o pedido de uniformização de jurisprudência. 2. No mais, legítima a utilização da taxa SELIC para fins de correção monetária e de juros de mora, nos termos do entendimento do STJ, razão que não considero vulnerados os arts. 7º, 97, § 2º, 110 e 161 do CTN e 146, III, "b", da CF. 3. Aclaratórios improvidos à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração nº 168015-3/02, acima referenciados, julgados nesta data, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, e do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 4 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Presidente Desembargador Ricardo Paes Barreto

060 14

Embargos de declaração nº 168015-3/02- Comarca do Recife
Embargante: Firveda Alimentos Selecionados Ltda.
Embargado: Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de embargos de declaração diante de acórdão assim ementado:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. CUMULAÇÃO DE MULTA COM JUROS MORATÓRIOS. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA TAXA SELIC A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS. CABIMENTO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Jurisprudência do STJ sedimentada no sentido de que é plenamente cabível a aplicação dos juros sobre a multa, pois possuem finalidade distinta, ou seja, a multa resulta de uma infração e, os juros não representam uma penalidade e sim uma indenização para o Estado, em razão da utilização do capital público sem o seu devido ressarcimento, assim, desconheço a divergência da presente matéria ao tempo em que indefiro o pedido de uniformização de jurisprudência. 2. No mais, legítima a utilização da taxa SELIC para fins de correção monetária e de juros de mora, nos termos do entendimento do STJ, razão que não considero vulnerados os arts. 7º, 97, § 2º, 110 e 161 do CTN e 146, III, "b", da CF. 3. Recurso de agravo improvido por unanimidade (AL 168015-3/02, 8CC, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 05/11/2009).

Segundo o embargante, a citada decisão teria sido omissa, pois não realizou o cotejo sistêmico da legislação de regência para definir a incidência dos juros e o alcance da penalidade, bem como que a aplicação de juros de mora sobre a multa percentual aplicada sobre o valor do crédito tributário não tem previsão em lei complementar e afrontou a norma do art. 146, III, "b", da CF, no que homologou ato de governo local que criou norma não existente em lei complementar para realizar a aplicação de juros de mora sobre o valor da penalidade que foi aplicada sobre o valor do crédito tributário, resultando num *bis in idem* que aumentou o valor da multa, também sem previsão legal e, por fim, que a taxa SELIC seria ilegal, uma vez que não foi instituída por lei, prequestionando-se explicitamente os arts. 97, V, 113, 128 e 139 do CTN; 146, III, "b", da CF, ditos violados.

VOTO

A questão devolvida ao conhecimento deste colegiado no caso concreto diz respeito a supostas omissões, pois não realizou o cotejo sistêmico da legislação de regência para definir a incidência dos juros e o alcance da

B

penalidade, bem como que a aplicação de juros de mora sobre a multa percentual aplicada sobre o valor do crédito tributário não tem previsão em lei complementar e afrontou a norma do art. 146, III, "b", da CF, no que homologou ato de governo local que criou norma não existente em lei complementar para realizar a aplicação de juros de mora sobre o valor da penalidade que foi aplicada sobre o valor do crédito tributário, resultando num *bis in idem* que aumentou o valor da multa, também sem previsão legal e, por fim, que a taxa SELIC seria ilegal, uma vez que não foi instituída por lei.

Acontece que a referida pretensão não deve prosperar, isso porque as questões suscitadas já foram devidamente observadas no momento do julgamento anterior e reapreciadas no presente.

No concernente à aplicação dos juros sobre a multa, verifico que se encontra sedimentado na jurisprudência recente do STJ, no sentido de que é plenamente cabível a aplicação dos juros sobre a multa, pois possuem finalidade distinta, ou seja, a multa resulta de uma infração e, os juros não representam uma penalidade e sim uma indenização para o Estado, em razão da utilização do capital público sem o seu devido ressarcimento, confira aresto adiante ementado:

TRIBUTÁRIO – EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL – SALÁRIO-EDUCAÇÃO – CUMULAÇÃO DE MULTA COM JUROS MORATÓRIOS: POSSIBILIDADE – APLICAÇÃO DA UFIR – LEGALIDADE – FALTA DE PREQUESTIONAMENTO: SUMULA 282/STF. 1. Acórdão que, sequer implicitamente, manifestou-se sobre o art. 918 do CC. Súmula 282/STF. 2. **É legítima a cobrança de juros de mora cumulada com multa fiscal moratória.** Os juros de mora visam à compensação do credor pelo atraso no recolhimento do tributo, enquanto que a multa tem finalidade punitiva ao contribuinte omissor. 3. Legalidade da aplicação da UFIR a partir de janeiro/1992. Precedentes. 4. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido (REsp 836434/SP, T2, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 11/06/2008).

No mais, importante constatar que o art. 155, IV, da CF – princípio do não-confisco – veda a utilização de tributo com efeito de confisco, o que não é o caso dos autos, logo, o regime jurídico do tributo não se aplica à multa, porque tributo e penalidade pecuniária são essencialmente distintos, sendo assim, desconheço a divergência da presente matéria, portanto, indefiro o pleito de uniformização de jurisprudência.

Quanto à utilização da taxa SELIC para fins de correção monetária e de juros de mora, constato ser legítima a sua aplicação na atualização dos créditos tributários, nesse sentido, colaciono jurisprudência da Alta Corte de Justiça, *in verbis*:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. MASSA FALIDA. MULTA MORATÓRIA: DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA NOS MOLDES LEGAIS E REGIMENTAIS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JUROS MORATÓRIOS: REAPRECIAÇÃO DE ASPECTOS FÁTICO-PROBATÓRIOS DA DEMANDA. VEDAÇÃO CONTIDA NA SÚMULA 07 DO STJ. APLICAÇÃO DA SELIC A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS. POSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE LEI ESTADUAL. 1. A divergência jurisprudencial ensejadora do conhecimento do recurso especial pela alínea c deve ser devidamente demonstrada, conforme as exigências dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255 do RISTJ. 2. A ausência de debate, na instância recorrida, sobre os dispositivos legais cuja

062
16

violação se alega no recurso especial atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 282 do STF. 3. É vedado o reexame de matéria fático-probatória em sede de recurso especial, a teor do que prescreve a Súmula 07 desta Corte. 4. **É legítima a utilização da taxa SELIC como índice de correção monetária e de juros de mora na atualização dos créditos tributários**, e havendo, na legislação tributária estadual, dispositivo determinando a sua incidência (Lei 6763/75, do Estado de Minas Gerais, com redação atribuída pelo art. 29 da Lei 14.699, de 06.08.2003), aplicável a referida taxa desde o início da vigência da legislação extravagante. 5. Recurso especial da empresa (massa falida) não conhecido e recurso especial do Estado de Minas Gerais provido (REsp 668437/MG, T1, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 26.06.2008).

Diante de tudo exposto, nego provimento aos aclaratórios, não considerando vulnerados os dispositivos de lei explicitamente prequestionados.

É como voto.

Recife 4 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator